



PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2018

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
NAVEGANTES

Navegantes - SC

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

Entidade:	Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)
CNPJ:	11.482.121/0001-33
Endereço:	Rua Aníbal Gaya 938 - Centro/Navegantes/SC
Telefone:	(47) 3185-2014
E-mail:	juliano.maria@navegantes.sc.gov.br
Sítio Eletrônico:	http://www.navegantes.sc.gov.br/e/secretaria-de-assistencia-social

b) Rol dos Responsáveis:

Nome	Juliano Nildo de Maria
CPF	004.416.559-55
Cargo/Função	Secretário Municipal
Período de gestão	de janeiro de 2017 à data atual
Ato Nomeação e data	Ato nº 62.245 / Portaria n.º 0.001 de 02 de janeiro de 2017
Ato Exoneração e data	-
Endereço Residencial	Rua Natividade Costa, 508 – São Domingos/Navegantes/SC
E-mail	julianodemaria@gmail.com

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

O FMAS constitui-se apenas de um fundo de natureza contábil, portanto não possui organograma.

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Lei nº 12.435, o sistema descentralizado e participativo que organiza a assistência social, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A LOAS prevê a repartição de competência entre os entes conforme os arts. 12, 13, 14 e 15 para a consecução dos objetivos da assistência social e, ainda, nos arts. 5º, 6º, 8º, 10, 11, 16 e

30 estabelece normas essenciais à implementação do SUAS e a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais.

Proteção Básica

Lei ordinária 3208/2017: denomina Centro de Referência de Assistência Social 2 (Cras 2) Claudemir José Schneider.

Proteção Básica é a fornecida à população vulnerável social por: pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social

Proteção Especial

Lei complementar 274/2015: dispõe sobre a criação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS - no Município de Navegantes, cria cargos e fixa vencimentos.

A Proteção Especial tem como foco principal a reestruturação dos serviços de abrigamento dos indivíduos que não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias ou a sua convivência com essas seja considerada prejudicial à sua proteção e ao seu desenvolvimento, por exemplo: às crianças, aos adolescentes, aos jovens, aos idosos, às pessoas com deficiência e às pessoas em situação de rua.

ACESSUAS Trabalho

Lei Ordinária 2852/2014: institui o funcionamento do programa nacional de promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS Trabalho, do Governo Federal, no Município de Navegantes.

Preparação de jovens e adultos para inserção no mercado do trabalho.

Fundo Municipal de Assistência Social

Lei Ordinária 1206/1997: cria o orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Navegantes – FMASN.

Dispõe sobre Recursos para desenvolvimento das Políticas Públicas da Assistência Social

Conselho Municipal de Assistência Social

Lei Ordinária 1186/1997: cria o Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

Órgão deliberativo, consultivo, normativo e controlador da política de atendimento, devendo ser observada a composição paritárias de seus membros.

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Situação orçamentária:

Cód. Prog.	Título do Programa	Orç. Inicial	Orç. Atualizado	Liquidado	Saldo	% Aplic. do Orç.
1069	Aquisição de veículos	119.000	91.300	63.300	28.000	69,33%
2069	Manutenção e Funcionamento dos Recursos do IGD/SUAS	9.979	33.386	15.949	17.437	47,77%
2070	Manutenção e Funcionamento dos Recursos do CREAS	176.964	176.964	69.377	107.587	39,20%
2071	Manutenção e Funcionamento dos Recursos de Medidas Socioeducativas	52.800	52.800	11.502	41.298	21,78%
2072	Manutenção e Funcionamento Piso Básico Variável - SCFV	115.200	115.200	54.903	60.297	47,66%
2073	Manutenção e Funcionamento dos Recursos Abordagem Social	60.000	60.000	9.638	50.362	16,06%
2074	Manutenção e Funcionamento dos Recursos Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS	130.270	130.270	103.571	26.699	79,51%
2075	Manutenção e Funcionamento Piso de Alta Complexidade I - Criança/ Adolescente	136.031	136.031	17.734	118.297	13,04%
2076	Manutenção e Funcionamento dos Recursos do CRAS	181.760	205.226	64.742	140.485	31,55%
2077	Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Bolsa Família - IGDBF	50.400	50.400	25.819	24.581	51,23%
2078	Manutenção e Funcionamento do Piso de Transição de Média Complexidade	10.956	10.956	0	10.956	0,00%
2079	Manutenção e Funcionamento das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	72.000	72.000	4.200	67.800	5,83%
2080	Manutenção e Funcionamento dos Recursos Benefícios Eventuais	16.580	16.580	0	16.580	0,00%
2081	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social	288.845	976.545	655.328	321.217	67,11%
2082	Manutenção e Funcionamento do Programa Primeira Infância no SUAS	120.000	120.000	44.900	75.100	37,42%
Total Geral		1.540.785	2.247.658	1.140.964	1.106.694	50,76%

Situação metas físicas:

Cód. Prog.	Título do Programa	Meta Física - Exercício 2018				Realizado			
		Produto	MT	KM	UN	MT	KM	UN	% EXEC.
1069	Aquisição de Veículos	Veículo			1			3	300%
2070	Manutenção e Funcionamento dos Recursos do CREAS	Atend.			250			3994	1598%
2071	Manutenção e Funcionamento dos Recursos de Medidas Socioeducativas	Atend.			40			128	320%

2072	Manutenção e Funcionamento Piso Básico Variável - SCFV	Atend.			510			1210	237%
2073	Manutenção e Funcionamento dos Recursos Abordagem Social	Atend.			250			765	306%
2074	Manutenção e Funcionamento dos Recursos Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS	Atend.			1100			518	47%
2075	Manutenção e Funcionamento Piso de Alta Complexidade I - Criança/ Adolescente	Atend.			18			18	100%
2076	Manutenção e Funcionamento dos Recursos do CRAS	Atend.			5000			3420	68%
2077	Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Bolsa Família - IGDBF	Atend.			1360			2048	151%
2078	Manutenção e Funcionamento do Piso de Transição de Média Complexidade	Atend.			250			3994	1598%
2079	Manutenção e Funcionamento das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Atend.			250			350	140%
2082	Manutenção e Funcionamento do Programa Primeira Infância no SUAS	Atend.			200	Despactuado			

Obs: a não parametrização dos programas entre o orçamentário e metas físicas são em virtude das mudanças que ocorreram no orçamento durante o ano e não está sendo considerado nas metas físicas os programas de manutenção e funcionamento do órgão/unidade gestora.

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Decreto nº	Despesa	Razões	Efeitos/Consequências
Decreto 156/2018	I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos; II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas.	a) o não atingimento das metas de arrecadação estabelecidas até o final do 3º bimestre do exercício de 2018; b) a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira das despesas do orçamento municipal 2018, constantes da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 3251 de 12 de dezembro de 2017) e suas alterações, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício financeiro; c) que o não atingimento das metas refere-se apenas às receitas de capital, mais especificamente, recursos de operações de crédito não realizadas;	Limitação de Empenho
Decreto 115/2018	Contratação de pessoal	Gastos com pessoal dentro do limite prudencial	Limitação de empenho

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício de 2018.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Não houve permanência de restos a pagar processados ou não processados por mais de um exercício financeiro para esta unidade gestora.

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

O FMAS constitui-se apenas de um fundo de natureza contábil, portanto não possui colaboradores em seu quadro

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

O FMAS constitui-se apenas de um fundo de natureza contábil, portanto não possui colaboradores em seu quadro

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0537/2018.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0537/2018.

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

Beneficiada	Tipo	Espécie de Transferência	Valor
Centro De Convivência Pommern Hein	Subvenção Social	Termo de colaboração 001/2018	6.490,00

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Modalidade/Forma	Obras e Serviços de Engenharia	Compras	Contratação de Serviço	Despesa Realizada
Pregão Presencial	0	116.424,01	10.162,84	126.586,85
Dispensa de Licitação (Art.24,I e II)	0	107.365,12	57.175,55	164.540,67
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0	0	0	0
Inexigibilidade de Licitação	0	0	17.120,00	17.120,00
Total	0	223.789,13	84.458,39	308.247,52

Fonte: Betha Sapo, relatórios in-20 anexo V-a

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Pessoa de Contato:	Fiscal Contrato: Arlson Luiz Moraes - (Titular) Tatiana De Alencar Carlini - (Suplente)
CNPJ:	09.427.503/0001-12
Endereço:	R. General Liberato Bittencourt, 1885 - Sala 102
E-mail:	ciga@ciga.sc.gov.br
Telefone:	(48) 3321-5300
Ato legal instituindo a atividade:	Contrato Nº...372/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 182/2015 PMN.

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) recomendações expedidas no exercício (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos;

Não foram emitidas recomendações para esta unidade gestora neste período.

b) recomendações pendentes de atendimento e justificativas para o seu não cumprimento (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos).

Não foram emitidas recomendações para esta unidade gestora neste período.

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não há contratos de gestão de vigentes no exercício de 2018 para esta entidade.

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Informação	Termo de Parceria Nº 003/2018 - AMA
<u>a) identificação dos termos de parceria vigentes no exercício:</u>	
1) dados da entidade parceira (nome e CNPJ);	CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERNHEIN CNPJ 02667539/0001-24
2) âmbito de atuação da entidade (art. 3º da Lei 9.790/99 e legislação estadual equivalente);	ESTADUAL
3) regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei 9.790/99 e legislação estadual equivalente);	EDITAL 001/2018 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
<u>b) informações sobre o termo de parceria:</u>	
1) nº e data da celebração;	EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO N º 001/2018 PUBLICADO EM 06/07/2018 NO DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS

2) forma de escolha da unidade parceira;	EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2018 SMAS
3) objeto;	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE-SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOA IDOSA
4) unidade jurisdicionada parceira;	POMERODE
5) período de vigência (início e fim);	De 18/06/2018 por DOZE MESES
6) valor global em reais (da unidade jurisdicionada e da entidade);	R\$ 38.940,00 (TRINTA E OITO MIL NOVECENTOS E QUARENTA REAIS)
<u>c) valores repassados em razão de termos de parceria firmados, especificando os valores mensais repassados no exercício e indicando a unidade parceira (nome e CNPJ);</u>	
VALOR MENSAL 3.245,00 (TRES MIL DUZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS) CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERNHEIN CNPJ 02667539/0001-24	
<u>d) avaliação dos resultados obtidos com a parceria:</u>	
1) identificação da entidade parceira (nome e CNPJ);	CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERNHEIN CNPJ 02667539/0001-24
2) demonstrativo dos indicadores pactuados com a entidade parceira (nome de identificação do indicador, fórmula de cálculo, unidade de medida, periodicidade de medição);	ACOLHIMENTO OFERTA DE SERVIÇOS DE PSICOLOGO, ASSISTENTE SOCIAL, COPA E COZINHA, LIMPEZA, EXERCÍCIOS PSICO MOTORES.
3) aferição dos resultados do indicador (meta do exercício (pactuado, realizada, percentual de realização); percentual de realização da meta de exercícios anteriores;	OFERTA DE SERVIÇOS ESTÁ ACORDO COM PLANO DE TRABALHO, SEGUNDO COMISSÃO AVALIADORA DESTE TERMO DE COLABORAÇÃO
4) análise dos indicadores definidos no termo de parceria, demonstrando se os objetivos estabelecidos com a parceira foram atingidos e em que medida.	ATE O MOMENTO FORAM ATIGIDOS EM 100% DO PROPOSTO PELO NO TERMO DE PARCERIA.

Navegantes, 31 de janeiro de 2019.

Juliano Nildo de Maria
Secretário Municipal da Secretaria de Assistência Social